

ACTA N.º 02/2010

----- Acta da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 30 de Abril de 2010-----

----- Aos 30 dias do mês de Abril de 2010, pelas 15 horas e 15 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara; -----
- 2 – Relatório Anual de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cantanhede, Plano de Acção para 2010 / Para conhecimento; -----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Alteração ao Regulamento de Utilização de Equipamentos Desportivos da Câmara Municipal de Cantanhede; -----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Cantanhede; -----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da autorização da repartição de encargos, no âmbito da proposta de abertura de Concurso Público para “ Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município de Cantanhede ”; -----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração da composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho na referida Comissão; -----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Sr. Presidente da Câmara no sentido de dar sem efeito a criação da Fundação Carlos de Oliveira; -----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.E.M.;

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão do Município de Cantanhede à OAF – Organização Florestal Atlantis, Associação de Desenvolvimento Florestal e aprovação dos correspondentes estatutos; -----

10 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede, a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.E.M. e as Juntas de Freguesias do Concelho, segundo os quais as Juntas de Freguesia se comprometem a executar a manutenção e tratamento de áreas ajardinadas; -----

11 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Juntas de Freguesia do Concelho relativos à requalificação Urbana nas Freguesias para o Ano de 2010;-----

12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2009;-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia informou haver necessidade de convidar um elemento da bancada para formar a Mesa da Assembleia, em virtude de ter faltado o 1º. Secretário, Sr. Enf. José Maria Maia Gomes. Deste modo foi convidada a Sra. Dra. Maria Dulce Pereira Costa dos Santos. -----

----- A Mesa teve de ser recomposta de acordo com o preceituado pelo Regimento desta Assembleia, sendo então o lugar de 1º. Secretário, a convite do Sr. Presidente da Assembleia, sido ocupado pela Sra. Dra. Laura Maria Mateus Domingues Costa e o lugar de 2º Secretário foi ocupado, também por convite, pela Sra. Dra. Maria Dulce Pereira Costa dos Santos.-----

----- Composta então a Mesa da Assembleia foi dado formalmente início à sessão, começando por se verificar as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedidos de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, pelo seu Tesoureiro, Sr. Eng. José Manuel de Oliveira Ribeiro Cebola, e também do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, pela Tesoureira, Sra. D. Maria Dulce Pinto Andrade, conforme documentos apresentados. Justificação da falta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, e também dos Senhores, Enf. José Maria Maia Gomes, Dr. Armindo André Grilo e Dr. Pedro Alexandre da Cruz Bento, Jorge da Cruz Guerra e Maria Armanda de Jesus dos Santos Pires Gavião, por motivos profissionais, conforme documentos apresentados. O deputado Sr. Eng. Rogério Marques entrou no decurso da reunião. -----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a acta nº. 1/2010 da sessão da Assembleia Municipal de 26 de Fevereiro, que posta à votação, foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor e uma abstenção -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 26 de Fevereiro a 29 de Abril de 2010, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida deu início ao período Antes da Ordem do Dia. -----

----- Começou por intervir a Sra. Dra. Fátima Negrão, Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede, informando que hoje, iríamos ter na televisão, como finalista à gala da RTP, uma representação do fadista de Cantanhede, Sr. Nuno Sérgio. -----

----- Tomou de seguida a palavra o Sr. Dr. Carlos Ordens para apresentar uma questão relativa às passadeiras no centro da cidade, dizendo que não estão caracteristicamente a preto e branco e sugerindo que os serviços camarários, utilizando a pedra de Ançã, as pudessem alterar. Refere também que na Rua Principal na localidade de Outil se deveria colocar sinalização que limitasse a velocidade a 50 quilómetros por hora. Questionou também o Senhor Presidente da Câmara se está a pensar em algum projecto de energia eólica para o concelho de Cantanhede.-----

----- De seguida foi dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto Santos, que começou por dar os parabéns à Câmara Municipal, pelas extraordinárias condições e comodidades do Salão Nobre. Aproveitou também para alertar o Executivo Camarário, para a situação caótica de trânsito que se começa a verificar na confluência dos arruamentos junto à Riviera, com veículos a procederem da Zona Industrial, da Rua Marquês de Pombal, da Rua das Parreiras e da Urbanização do Sr. Mário Miranda de Almeida, sugerindo a construção de uma rotunda alongada, para coordenar o trânsito. Solicitou também, para ser feito um ponto da situação sobre o término da Via Regional, pois encontra-se aberta até ao acesso da A 17 e depois, falta a ligação à EN109. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Carlos Pessoa, que também começou por dar os parabéns ao Executivo Camarário pelas bonitas e funcionais instalações do Salão Nobre. Salientou ainda a reunião havida entre o Primeiro - Ministro e o líder do PSD quanto à situação económica do país, bem como a comunicação que o Ministro das Obras Públicas, Dr. António Luís Mendonça fez relativamente à reavaliação dos projectos estruturantes como sejam o TGV e o Aeroporto e de que, nenhuma destas obras iriam sofrer qualquer suspensão ou interrupção. No entanto as obras para a

Região Centro seriam amputadas, numa parte daquilo que estava previsto. Salientou ainda as medidas que o Governo Espanhol tomou relativamente à extinção de vários organismos públicos, e que a Zona Centro está a ficar irremediavelmente para trás, sofrendo vários ataques e perdendo até Institutos e Direcções Regionais. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção dizendo que tomou boa nota da sugestão do Sr. Dr. Carlos Ordens, mas o que se passa em Outil passa-se no concelho e em todo o país, pois é uma questão de falta de civismo dos condutores portugueses, não podendo o Município colocar bandas sonoras ou passadeiras sobre – elevadas em todo o concelho. Nas reuniões havidas com os Senhores Presidentes das Juntas, várias vezes se falou sobre o tema da segurança das pessoas e, qualquer atitude que contribua para salvar uma vida humana, vale tudo. Quanto ao projecto de energia eólica para o concelho, existia um, de executivos anteriores, para a zona da Praia da Tocha e do Palheirão, mas neste momento não tem qualquer conhecimento, dado tratar-se de processo desenvolvido a outros níveis, mas que depois a Câmara terá de emitir o seu parecer. No que se refere à questão levantada pelo deputado Senhor Manuel Augusto Santos sobre o trânsito junto à Riviera, assim como na zona da Loja do cidadão, após a sua abertura também está a existir muito tráfego, mas este assunto está a ser tratado através de um estudo elaborado pela Universidade de Coimbra, relativamente às acessibilidades à cidade e à Zona Industrial. Sobre a Variante Regional, como é do conhecimento dos Senhores deputados, aquando da aquisição das mais de 500 parcelas, houve uma que não se conseguiu concretizar, junto à Loja do Faneco, no Escoural. Lançou-se a empreitada e agora está-se aguardar indicações do Tribunal de Contas. Relativamente à questão posta pelo Sr. Dr. Carlos Pessoa sobre o adiamento da construção do IC 12, informou que na última reunião que teve com o

Senhor Secretário de Estado, há 4 ou 5 meses, ele lhe comunicou que os estudos estariam concluídos no mais curto espaço de tempo, no entanto não concorda que outras grandes obras sejam adjudicadas e se esqueça a Zona Centro do País. Lembra no entanto que estará atento e que irá fazer pressão positiva junto das autoridades competentes. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Eng. Pedro Carrana para referir que relativamente às afirmações do Sr. Dr. Carlos Pessoa, que é o que se passa um bocado na comunicação social, há o hábito da teoria da suspeição ou seja de confundir a árvore com a floresta, mas que estas palavras, em nada dignificam a política ou as instituições. Sobre a afirmação de que Coimbra perdeu alguns Institutos, e algumas direcções regionais, foi a deslocação da sede da DRABL para Castelo Branco, mas os serviços mantêm a sua funcionalidade em Coimbra e também ganhou uma Delegação da ASAE e outra da ARHC. Salientou ainda, os dados que vêm referidos no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses apresentado pela OTOC, em que Cantanhede aparece no ranking como sendo o sexto Município com maior aumento do Passivo relativamente ao ano de 2007 e que, fazendo a comparação com Municípios vizinhos, como por exemplo a Mealhada que tem 224 euros de dívida por habitante, enquanto Cantanhede anda nos 972 euros. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Dr. Carlos Pessoa, dizendo que não levantou nenhuma suspeição, o que referiu é que há obras que vão ser adjudicadas e executadas e que deverá analisar-se quem são os promotores. Quanto à opinião do Eng. Carrana, de que Coimbra não perdeu protagonismo e que mantêm um saldo positivo, entende que é uma tese peregrina. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, felicitando a Câmara pela inauguração da Loja do Cidadão, mas referindo que o horário

praticado não serve as pessoas, e que se deveria praticar o horário das restantes lojas de todo o País. Quanto ao ranking apresentado pelo Anuário em que Cantanhede é o sexto Município com o maior passivo, não o preocupa, pois na maior parte dos rankings o concelho de Cantanhede está claramente acima dos municípios limítrofes. -----

----- Interveio de seguida a Sra. Dra. Dulce Santos, dizendo que a sua intervenção ia no sentido daquilo que havia sido referido pelo Sr. Presidente da Junta de Murteide, quanto à Loja do Cidadão, pois defende uma loja com a concentração de serviços, mas quem se dirige diariamente àquelas instalações, verifica que não se está a dar resposta ao pretendido, louvando no entanto o espírito de sacrifício dos funcionários que lá trabalham e salientando que, neste momento, a Loja não está a exercer as funções para o qual foi criada. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara começou por informar de que relativamente às notas do Sr. Eng. Pedro Carrana, sobre a transferência de serviços dos órgãos desconcentrados do Estado não iria tecer comentários, pois já haviam falado sobre o assunto mas, na sua perspectiva, Aveiro sabe tratar da sua vida, tendo colocado como cabeça de lista, no outro mandato, o Ministro da Economia. Quanto à Loja do Cidadão refere que já teve um diálogo com a Senhora Secretária de Estado, Dra. Manuela Leitão Marques, que sabe o que se passa e apesar da responsabilidade daquele espaço pertencer à AMA – Agência para a Modernização Administrativa, está receptiva à modificação do horário de modo a que esteja em sintonia com a necessidade dos cidadãos, apelando para que lhe sejam enviados e-mails de reclamações e sugestões. Salientou também o valor dispendido no mobiliário do Salão Nobre, referindo que o Executivo Camarário é transitório, mas que os funcionários continuarão e merecem porquanto, quando foi lançado o desafio

da Modernização Administrativa, o Município de Cantanhede ganhou o 1º. Prémio. Quanto à questão lançada pelo deputado Pedro Carrana, aquando da leitura do Anuário comparando com outros municípios, só tem de referir que quem tem obra tem de ter dívidas, mas que os resultados estão à vista e quando a Dra. Helena falar sobre o Relatório de Contas, verão que o activo subiu mais de 13 milhões de euros e o investimento de capital está à vista, e que muitas das obras se enquadram agora no QREN – Quadro de Referencia Estratégica Nacional. -----

----- Entrou-se no ponto **1** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara; -----

----- Tomando a palavra, o Sr. Presidente da Câmara começou por informar que gostaria de dar nota de uma matéria que tem a ver com a abertura da Base Aérea de Monte Real (BA5) à aviação civil. Existe um conjunto de entidades, que se constituiu em 20 de Fevereiro de 2008 com a designação Fórum Centro de Portugal, no sentido de fazer pressão junto do governo para que se iniciassem trabalhos no sentido de fazer um estudo económico financeiro, um estudo de viabilidade, de forma a converter aquele aeródromo num aeroporto. De seguida fez um resumo cronológico dos contactos, das reuniões e dos trabalhos encetados bem como da situação actual do processo, comunicando que já existe um Projecto de Resolução da Assembleia da República, de abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil, consensual e assinada pelos deputados eleitos por Coimbra, que foi à Assembleia da República e baixou à Comissão sem votação. Salientou ainda que o Senhor Deputado Dr. Manuel Queiró, tem estado muito empenhado neste processo e tem conseguido reunir, por unanimidade, muitas pessoas de todos os quadrantes políticos em volta desta causa, e continuou dizendo: - “ Por entendermos que é estratégico e importantíssimo para a Zona Centro, deixo à consideração do Sr.

Presidente da Assembleia o abaixo-assinado, para se levar à Assembleia da República”. Antes de o fazer circular, fez a sua leitura e de seguida interrogou o Sr. Presidente da Assembleia se desejava ser o primeiro subscritor. De seguida apelou também aos Senhores Presidentes das Juntas, para que despoletem nas suas Freguesias a assinatura de um abaixo-assinado para aquele efeito. -----

----- Entrou-se no ponto **2** – Relatório Anual de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cantanhede, Plano de Acção para 2010 / Para conhecimento; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que solicitou autorização à Mesa da Assembleia para que fosse o Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, a apresentar o documento . -----

----- O Sr. Vereador começou por apresentar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cantanhede (CPCJ) durante o ano de 2009, o qual se encontra consubstanciado no Relatório de Actividades Anual entregue aos Membros da Assembleia Municipal, lançando o desafio da participação e contributo de todos os deputados a nível das Instituições. Realçou o trabalho desenvolvido pela Comissão; algumas alterações e reorganizações que tem sido cruciais para a sua capacidade de acção, com um prazo médio de 24 horas após apresentação de uma denúncia, bem como a melhoria das condições de trabalho com a disponibilização de melhores meios. Mencionou também a entrega das pessoas e das Instituições a esta causa, fazendo-o de uma forma generosa e altruísta, felicitando todos os membros pelo seu profissionalismo, sensibilidade e dedicação. Referiu o trabalho de reorganização com a escolha para secretariar a Comissão do Sr. Prof. Jorge Santos e que está em representação da Assembleia Municipal, e o trabalho notável desenvolvido com o PIEC – Programa para a

Inclusão e Cidadania, o PIEF – Plano Integrado de Educação e Formação e os directores das várias escolas do concelho, para se encontrarem propostas alternativas curriculares para alunos com problemas. A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- Entrou-se no ponto **3** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Alteração ao Regulamento de Utilização de Equipamentos Desportivos da Câmara Municipal de Cantanhede; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que solicitou autorização à Mesa da Assembleia para que fosse o Sr. Vereador Arq. José António Pinheiro, a apresentar a proposta em questão. -----

----- O Sr. Vereador começou por informar que a alteração do Regulamento de Utilização de Equipamentos Desportivos da Câmara Municipal de Cantanhede, é uma alteração simples e que consiste em introduzir novos equipamentos desportivos que existem no concelho. -----

----- Sobre este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal começa por solicitar ao Sr. Vereador que lhe explique se o documento é o Regulamento ou se se trata de uma aprovação de alteração ao Regulamento, pois todo o conteúdo da proposta fala de equipamentos desportivos do Município de Cantanhede e na decisão aparece utilização dos equipamentos desportivos da Câmara Municipal de Cantanhede, havendo uma incorrecção. Quanto à segunda questão, pergunta, se é um Regulamento da utilização dos equipamentos, ou se é um Regulamento de protocolos pois tudo aponta para protocolos, desde a cedência, os conteúdos, a denúncia, e considera que o Regulamento enferma de alguma falha de conteúdo informal. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Carlos Ordens que começou por dizer que concordava com as palavras do Sr. Presidente da Assembleia e que, o assunto para não levantar dúvidas no futuro, deveria ser retirado da sessão. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Dr. Carlos Pessoa, dizendo que tinha sido apanhado de surpresa com esta questão e que não seria tão radical como o Dr. Carlos Ordens, pois é de opinião que se poderia avançar nos trabalhos, e tentar corrigir o documento, caso contrário deveria ser retirado. -----

----- De imediato o Sr. Presidente da Assembleia, comunicou que então se iria avançar com os trabalhos e que o Sr. Presidente da Câmara havia chamado a jurista que acompanhou o processo, para ver se deveria aprovar as coisas tal qual estavam, e depois retomariam este ponto. -----

----- De seguida passou-se ao ponto 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Cantanhede; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que solicitou autorização à Mesa da Assembleia para que fosse o Sr. Vereador Arq. José António Pinheiro, apresentar a proposta, conforme havido sido feito no documento anterior. -----

----- O Sr. Vereador começou por informar de que a elaboração do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Cantanhede, se deve ao facto da promoção e apoio ao desporto ser uma competência do Município, pelo que se torna imperativo a criação de um órgão de natureza consultiva, onde estarão na sua constituição elementos: da Câmara Municipal, representantes das colectividades do movimento associativo, dos Grupos de Educação Física das Escolas do 2º. e 3º. Ciclo e do Ensino Secundário do concelho, bem como um representante da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física – Universidade de Coimbra e, tendo como

objectivo principal tornar o movimento desportivo do concelho mais vivo e para que possa existir uma maior envolvência dos agentes desportivos do concelho. -----

----- Pediu a palavra a Sra. Dra. Laura Costa, para informar que em termos formais não tem qualquer objecção a fazer à criação do Conselho Municipal do Desporto, mas que na sua constituição e uma vez que se farão representar as Associações Desportivas do concelho sugeria que fossem 4 membros e não 3, isto porque, se os representantes das escolas são 3 do ensino básico mais um do ensino secundário, então as associações sendo em maior número, tem apenas 3 representantes. -----

----- Por parte do Sr. Dr. Carlos Ordens, foi dito que nessa constituição faltava claramente a Saúde. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, informando que o Sr. Vereador iria falar sobre o assunto, mas que basicamente não vê necessidade da inclusão de alguém da Saúde quando estamos a falar do Conselho Municipal do Desporto, no entanto não via qualquer obstáculo em relação há introdução de mais um elemento das associações. -----

----- Pediu a palavra a Sra. Dra. Laura Costa, dizendo que compreendia as preocupações do Dr. Carlos Ordens, mas que neste momento não via carência de ser integrado algum elemento da Área da Saúde. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começou por recordar e elencar os objectivos definidos no Artigo 3º., do Regulamento, referindo que entende a questão colocada pelo Dr. Carlos Ordens, tentando cruzar o desporto com a saúde, mas que neste fórum o Conselho Municipal só terá a função desportiva, mas que a Saúde há-de estar noutros momentos do desporto. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra, questionando o Executivo Camarário, sobre a questão levantada pela Dra. Laura Costa, da inserção

de mais um elemento do associativismo, ao qual o Sr. Presidente da Câmara, respondeu que concordava e que as sugestões eram sempre bem-vindas. -----

----- Após apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Cantanhede, com as alterações introduzidas, foi a mesma aprovada por maioria, com 32 votos a favor e uma abstenção. -----

----- Após a votação do Ponto 4, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dirigiu-se ao Sr. Director do Departamento Administrativo e Financeiro, questionando se se poderia voltar à discussão do ponto 3 ao que ele respondeu que aquela proposta de alteração ao Regulamento funcionava como um complemento do regulamento base.

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que aquele Regulamento tinha erros formais que atirava para erros conceptuais, pelo que recomendaria que ele fosse retirado e analisado, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre a premência da proposta de alteração ao Regulamento de Utilização de Equipamentos Desportivos, no sentido de decidir o que fazer, tendo o Sr. Presidente respondido que se iria retirar e que voltaria de novo à Assembleia Municipal. -----

----- Entrou-se no ponto **5** - Apreciação, discussão e votação da autorização da repartição de encargos, no âmbito da proposta de abertura de Concurso Público para Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município de Cantanhede ; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que à face da Lei, as Câmaras Municipais, têm de ter um ROC – Revisor Oficial de Contas, e dado o anterior procedimento ter o seu término em 30 de Abril de 2010, haver necessidade da contratação de novo auditor externo para o quadriénio até 2014,

pelo que gostaria de levar o processo a concurso público, no sentido de se fazer a escolha, e elencando os valores para cada ano da imputação orçamental. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dirigiu-se ao Executivo Camarário alertando para o facto do critério de adjudicação ser o preço, pois compreende que todos são ROC – Revisores Oficiais de Contas, mas que, como em todas as profissões, existem alguns mais competentes, mais idóneos que outros, e que apesar de votar a favor da proposta, não poderia deixar de apresentar a sua sugestão. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, aceitou a sugestão do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas remeteu para o Director de Departamento Administrativo e Financeiro, para efectuar a explicação relativa aos procedimentos administrativos. -----

----- O Dr. José Negrão começou por referir que as questões levantadas poderiam levantar alguns constrangimentos, dado que os critérios de selecção não podiam entrar no capítulo da subjectividade, mas que teriam de obedecer ao Regime de Contratação Pública, pedindo autorização para ler a legislação a que a Câmara estaria subordinada. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Manuel Teixeira, questionando se a proposta era para a Auditoria Externa das Contas do Município de Cantanhede, ou se era para a Certificação Legal de Contas. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia referiu que a questão era pertinente pois embora o conteúdo se entenda que seja o mesmo, parecem duas questões perfeitamente distintas. -----

----- A palavra foi dada ao Sr. Presidente da Câmara que começou por informar que o que se levou à Assembleia Municipal era o pedido de autorização para

efectuar o pagamento a quatro anos, pelo que se o Sr. Presidente da Assembleia autorizasse o Dr. José Negrão faria a explicação. Pedindo autorização para ler a legislação a que a Câmara estaria subordinada, começou por ler os Artigos 47º., e 48º., da Lei nº. 02/2007 de 15 de Janeiro, (Lei das Finanças Locais). -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia começou por informar de que tinha sido esclarecido e que pensava que o Sr. Manuel Teixeira também. Não havendo mais pedidos de esclarecimentos foi o Ponto 5 colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Entrou-se no ponto **6** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração da composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho na referida Comissão ; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começou por informar de que em conformidade com o Decreto – Lei nº. 17/2009 de 14 de Janeiro, teve de se proceder à alteração da composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, passando aquela estrutura de 12 para 13 elementos.-----

-----Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da alteração da composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho na referida Comissão, a bancada do PSD propôs o Sr. Dr. Adérito Ferreira Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS foi proposta a Presidente da Junta de Freguesia de Corticeiro de Cima, Sra. Dra. Cristina Maria Domingues de Jesus, identificada como lista B.-----

-----Efectuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: -

-----Lista A -----26 votos a favor -----

-----Lista B -----6 votos a favor -----

-----uma abstenção.-----

-----Verificada a respectiva votação foi eleito o Sr. Dr. Adérito Ferreira Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- Entrou-se de seguida no ponto **7** - Apreciação, discussão e votação da proposta do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de dar sem efeito a criação da Fundação Carlos de Oliveira; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por explicar que a apresentação da proposta se prendia exclusivamente com dois motivos. Primeiro, por sugestão da família Carlos de Oliveira em perpetuar a sua memória e acautelar o espólio da família, se tinha avançado com um processo jurídico de criação de uma Fundação. Depois num momento posterior lhe havia sido comunicado, em termos do Regulamento do QREN, que uma Fundação não se poderia candidatar a fundos comunitários. Seguidamente os requisitos foram aumentando e surge o parecer negativo da Presidência do Conselho de Ministros em virtude do património ser necessariamente pequeno. Reuniu com a família e já lhe transmitiu o ponto da situação, tendo – lhe lançado o desafio, à semelhança do que se passou com Lima Fragoso, para que no futuro pudessem fazer uma parceria forte para se atingir os objectivos, independentemente de haver Fundação, comunicando que para que o edifício venha a pertencer ao Município terá de se realizar na Conservatória um distrate. -----

----- Começou por intervir o Sr. Dr. Carlos Ordens comunicando que havia ficado realmente preocupado com a leitura do texto, mas que queria registar com toda a

dignidade e a forma como o Sr. Presidente da Câmara, tinha tratado esta situação pois Carlos de Oliveira merecia, mas que tinha havido um lapso na análise da legislação, e que no futuro, deveria haver mais cuidado, pois o assunto tinha um âmbito nacional. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, referiu que a sugestão à época, da criação da figura jurídica de Fundação havia sido colocada pela família de Carlos de Oliveira. -----

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimentos foi o Ponto 7 colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Entrou-se no ponto 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M. ; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por explicar que aquando da criação da INOVA o objecto era diferente do actual, dado a sua esfera de actuação presente, bem como no futuro poderá vir abarcar outras áreas se o Município assim o entender. Disse ainda que basicamente são introduzidas duas palavras no Artigo 3º. dos Estatutos, que são recreativo e desportivo, pois com a criação de novas infra-estruturas, há necessidade de se planear, gerir e realizar investimentos naquela área, pelo que temos de alargar o projecto da INOVA, para que, se assim se entender, seja mais abrangente. Continuando, o Sr. Presidente solicitou autorização para que o Administrador da INOVA, EM., Dr. Serafim Pires, apresentasse a alteração. -----

----- Assim, tomou a palavra o Sr. Dr. Serafim Pires que começou por referir que a palavra planear, consta do Artigo 18º., dos Estatutos, mas o poder de superintendência da Câmara sobre a INOVA é quase absoluto, referindo que, para

as entidades municipais a tutela económica e financeira é exercida pelas Câmaras e é abrangida pela aprovação dos Planos Estratégicos, pelo que pensa que a função de planear, quer macro, quer supra é de quem tem de gerir e realizar investimentos e pertence sempre à Câmara Municipal. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, começou por dizer que a questão levantada não tinha haver com a palavra planear, pois sabe que planear faz parte das competências de quem vai gerir e fiscalizar, mas o que gostava que ficasse devidamente esclarecido era o Artigo que leu e que refere o Regime do Sector Empresarial Local. -----

----- De seguida o Sr. Dr. Serafim Pires, referiu que o nº. 2, dessa Lei, diz que essa tutela abrange a actividade económica e financeira das entidades e que é gerida pelas Câmaras Municipais, sem prejuízo da superintendência, logo cá temos nós um nível superior da tutela. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, referiu que estava esclarecido, mas que tinha questionado o Sr. Presidente sobre a questão de políticas e não sobre planeamento, pois não encontra respostas à sua pergunta, nem na tutela, nem na superintendência, mas somente quando se fala de estratégias. -----

----- Após apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.E.M. foi a mesma aprovada por maioria com 27 votos a favor e 6 abstenções. -----

----- Entrou-se no ponto **9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão do Município de Cantanhede à OAF – Organização Florestal Atlantis, Associação de Desenvolvimento Florestal e aprovação dos correspondentes estatutos; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que apresentou a proposta de adesão do Município de Cantanhede à OAF – Organização Florestal Atlantis, com a quota máxima de 1000 euros em virtude do Executivo Camarário ser muito sensível à protecção da floresta, e o concelho possuir uma mancha florestal de grande dimensão. -----

----- Entrou no decorrer da reunião o Senhor Deputado Eng. Rogério Marques. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, informou que estava na base da criação desta Associação, sendo o Presidente da Comissão Executiva, e que esta associação era constituída por todos os operadores florestais, e esperaria que todos os outros Presidentes de Câmara aderissem, pois tratava-se de uma questão de desenvolvimento regional, e que a referida Associação possuía um técnico muito credenciado, com dinâmicas próprias, que era o Sr. Eng. António Cruz de Oliveira. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Dr. Carlos Ordens, informando que estaria de acordo com esta adesão, pois está em causa a defesa da floresta do concelho, mas também queria alertar ou perguntar o que se está a passar com a floresta da Tocha, que a seu tempo foi delapidada com a extracção de areias, e salientando que a adesão à Associação poderia ter começado por 50 euros, para que daqui a um ano pudéssemos avaliar o que havia sido feito em termos da sua defesa. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, referiu que o problema do futuro da floresta, não é só do Município, mas do País, com os problemas do nemátodo, da monocultura, dos incêndios, da perda de biodiversidade, e das questões ambientais, pelo que sugeriu que a pergunta fosse feita à Junta de Freguesia da Tocha, ao Sr. Presidente da Câmara ou a qualquer dos membros da Assembleia. -----

----- Referiu o Sr. Dr. Carlos Ordens que, conforme consagra o capítulo I dos Estatutos, a área de actuação da Associação envolve os Municípios de Cantanhede, Anadia, Mira, Mealhada, Montemor-o-Velho, Oliveira do Bairro e Vagos, pelo que não vê como o Sr. Presidente da Assembleia se refere à floresta nacional. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, responde que a escolha da quota máxima é um sinal positivo da vontade que o Município tem na constituição de uma Associação, que muito poderá fazer a nível da defesa da floresta. -----

----- O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Vereador Arq. José António Pinheiro, que começou por dizer que a floresta entre Mira e Quiaios, pertence à gestão da Autoridade Florestal, no entanto a estratégia global do Município é procurar defender a floresta e os recursos naturais, pois a Câmara tem em elaboração um Plano Municipal para o espaço rural, e é fundamental a existência desta estrutura. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, refere que dentro do enquadramento estratégico a Associação não tem meios, mas tem gente boa para trabalhar e para ajudar todos aqueles que gravitam em volta deste sector, -----

----- Pedindo a palavra o Sr. Presidente da Câmara, referiu que o Município está empenhado em toda a temática em volta da floresta, da biodiversidade, da preservação do meio ambiente e dos sistemas ecológicos, e que irão haver muitas reuniões, não só com a Associação mas também com a CCDRC, onde se procurará traçar um diagnóstico, mas também perspectivar o futuro, no sentido de se conseguir fundos comunitários para apoiar a agricultura. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Eng. Pedro Carrana, dizendo que considera o objectivo da Associação um bocadinho altruísta, pois coloca os produtores e os proprietários florestais no mesmo plano, e o que se está a verificar é o abandono da

floresta e das culturas, mas que as Câmaras Municipais têm um papel importante na captação de recursos, que não tem sido explorados na sua plenitude. -----

----- Após apreciação, discussão e votação da proposta de adesão do Município de Cantanhede à OAF – Organização Florestal Atlantis, Associação de Desenvolvimento Florestal e aprovação dos correspondentes estatutos, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- De seguida entrou-se no ponto **10** - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede, a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.E.M. e as Juntas de Freguesias do Concelho, segundo os quais as Juntas de Freguesia se comprometem a executar a manutenção e tratamento de áreas ajardinadas; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou ser tudo idêntico aos anos anteriores, no entanto queria deixar só uma nota relativa ao aumento das áreas ajardinadas, havendo um acréscimo de 3,14% nas verbas a atribuir às Juntas de Freguesia para o ano de 2010, e que o montante global seria de 107.262,74 euros. -----

----- Não havendo pedidos de esclarecimentos foi o Ponto 10 colocado à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Entrou-se no ponto **11** - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Juntas de Freguesia do Concelho relativos à requalificação Urbana nas Freguesias para o Ano de 2010 ;-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por dizer que a justificação era a mesma do ponto anterior, pois também é um protocolo,

havendo este ano umas ligeiras alterações nas capitações, mas que o grosso das verbas se mantém e que o valor envolvido será de cerca de 556 000 euros. -----

----- Não havendo mais pedido de intervenção foi a minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Juntas de Freguesia do Concelho relativos à requalificação Urbana nas Freguesias para o Ano de 2010 , posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- De seguida entrou-se no ponto **12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2009 ;-----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por dizer que antes de passar a palavra à Sra. Dra. Maria Helena Teodósio, queria dar indicação de que já havia sido aprovado em reunião de 6 de Abril de 2010 e remetido às entidades competentes, Tribunal de Contas, DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais e Associação de Municípios Portugueses, o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas. -----

----- A Sra. Vice-Presidente da Câmara iniciou a apresentação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede, relativo ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009, salientando que não se deveria falar somente das Contas mas que se deveria analisar também o Relatório, que especifica e detalha toda a actividade da Câmara Municipal. Começou por referir que o orçamento apresentado inicialmente foi de 45.547.040 euros que havia sido corrigido ao longo do ano, em virtude das candidaturas e do empréstimo a curto prazo, que a execução orçamental global da receita foi de 47,50% e que da despesa foi de 72,48%, que a receita total havia descido, mas que tinham subido no IMI, no IUC, onde haviam baixado era no IMT, que as

transferências do Estado tinham subido 5%, mas que este aumento não acompanhava de modo algum as transferências de competências. A nível de fundos comunitários faltava ainda receber 40 000 euros do III QCA. Do QREN deveriam ter entrado nos cofres da Câmara 1 249 000 euros e até ao momento só tinham recebido 121 000 euros, o que lhes havia causado grandes constrangimentos. Disse ainda que as despesas com pessoal não podiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano anterior, mas destas somente utilizaram 44%. Nas transferências para as freguesias houve uma inversão em termos contabilísticos e na aquisição de serviços há valores que saltam à vista como seja as refeições escolares, os transportes e a iluminação pública. Nas despesas de capital houve investimentos de mais de 27 milhões de euros. Quanto à distribuição por orgânicas, a despesa corrente teve um peso significativo na Divisão de Educação e Acção Social, seguida dos Órgãos de Autarquia, bem como a Divisão de Desporto, a Divisão de Apoio e Manutenção e a Divisão de Cultura. Quanto às despesas de capital, a Divisão de Vias estava à cabeça, seguida da Divisão de Educação e Acção Social, do Desporto e dos Órgãos de Autarquia, existia também uma conta com valores altos que era a conta Devedores e Credores, onde entrava o património associativo do Biocant, bem como as obras feitas em Associações e Juntas de Freguesia. A Câmara entendeu ainda, socorrer-se do Saneamento financeiro, com uma transferência de curto prazo que se está a transformar em médio e longo prazo, cuja autorização concedida pelo Tribunal de Contas, vai exigir mais rigor e lhes vai permitir negociar a pronto o pagamento aos fornecedores. No que se refere à capacidade de endividamento em 2010 ela irá novamente voltar. No Plano Plurianual de Investimentos, para quem o analisou, há a referir a função económica com a Via Regional, a função social com o Centro Educativo de Ançã, o Parque Urbano da Quinta de São Mateus, o Quintal da

Fonte, o Parque Desportivo de Cantanhede e de Febres; nas funções gerais, o edifício dos Paços do Concelho, isto só para reflectir os que tiveram um volume financeiro maior. Nas actividades mais relevantes surge uma vez mais a Educação com os valores para as AECs, das refeições e dos transportes. Nas funções económicas, a EDP, as transferências para o Biocant e para a INOVA e, nas outras funções, as transferências para as Juntas de Freguesia. Sobre a análise ao nível do Balanço, este ano a Câmara teve resultados negativos de 2.359.020,58 euros, mas este resultado tinha de ser visto em pormenor e como é que ele poderia não estar cá, pois, bastava que as obras que a Câmara fez em património alheio, fossem feitas através de protocolo com as Associações ou com as Juntas e nesse caso entrariam no activo da Câmara. O Biocant, também em fase de expansão, sendo uma empresa participada da Câmara entraria numa conta consolidada. Mesmo assim entende a Sra. Vice . Presidente que o Balanço é positivo pois, no activo bruto, o património aumentou 14.562.000 euros, com uma subida de 12,58% relativamente ao ano de 2008, fixando-se o activo bruto da Câmara Municipal em mais de 130 milhões de euros. Disse também que, com a implementação da contabilidade de custos, as obras feitas por administração directa atingiram em 2008 o valor de 1.600.000 euros e em 2009 atingiram 2.200.000 euros. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Eng. Pedro Carrana, que começou por referir que de uma forma sucinta, aquilo que iria relatar era o que se encontra consolidado na Declaração de Voto, e que apesar de ter havido uma poupança de aproximadamente 400 000 euros, este valor era mais baixo do que no ano de 2007, e que o endividamento tinha crescido mais de 9 milhões de euros. Questionou ainda que gostaria de saber se o Tribunal de Contas já teria dado o visto favorável para o Plano de Saneamento Financeiro, no sentido de saber em que fase é que está.

Continuou dizendo que em 28 de Maio de 2009 tinha lido que o prazo médio de pagamento andava nos 54 dias, mas que esse prazo se devia ao empréstimo obtido no âmbito do protocolo celebrado com o governo de pagar a tempo e horas e que neste momento o prazo era de 105 dias, e que o rácio de liquidez imediata era cerca de 0%. -----

----- Declaração de Voto do PS -----

----- *Pela análise do relatório de gestão e contas e através da sua análise cruzada com o orçamento previsto, permite aferir da fiabilidade dos orçamentos e principalmente das taxas de execução dos executivos municipais. As previsões têm ficado sempre afastadas da realidade. Consta-se que existem diferenciais na ordem dos 23 milhões de euros. No documento do Orçamento para 2009, referia este executivo e passo a citar: “ Não ignorando as dificuldades que se advinham com o abrandamento ou mesmo recessão da economia mundial e, muito em função disso, também da economia portuguesa, o Município de Cantanhede entende que a sua situação económico-financeira dá margem para executar um orçamento superior ao do exercício anterior. Nesse sentido, face ao orçamento corrigido de 2008, o presente documento reflecte um aumento global de 5,33%, o que traduz a perspectiva de um crescimento considerável do seu nível de actividade, o qual, como é lógico que aconteça, não pode deixar de ter reflexo ao nível das despesas correntes.” O orçamento final para 2009 corrigido e aprovado neste executivo ascendia a 46,9 milhões de Euros. A execução apresentada é de cerca de 22 milhões de Euros, ou seja, uma execução abaixo dos 50%. O que vem no Relatório de Contas 2009: - “Quanto à receita orçamental cobrada em 2009, ela totalizou 22.296.771,13 euros, partir do somatório das seguintes verbas: - receitas correntes 14.330.755,82 € - receitas de capital...7.966.015,31€. Relativamente à despesa*

orçamental paga, o seu valor atingiu 22.180.761,58 euros, montante que foi aplicado em: - despesa corrente ... 12.852.987,74€- despesa de capital ... 9.327.773,84 €. A execução foi de apenas 48,95%. Despesa Corrente com Pessoal: (quadro 2, pág. 11). As despesas correntes com pessoal continuam bastante elevadas, valor superior a 6,1 milhões de euros (27,57%). Desde 2003 que a Despesa com pessoal tem crescido anualmente. Evolução do Endividamento da Câmara: De acordo com o Relatório de Contas 2009 (pag. 58 e seg.) o valor total da dívida é de 37.845.546,40 euros, em que a dívida de curto prazo totaliza 21.509.908,42 euros. De 31/12/2008 a 31/12/2009 a dívida aumentou mais de 9 milhões de euros (passando de 28.636.362,91€ para 37.845.546,40€). A dívida de curto prazo é essencialmente constituída por dívidas a empreiteiros, no valor de 8.720.932,62 euros e fornecedores e credores no valor de 11.998.816,70 €. É esta dívida de curto prazo que tem efeitos negativos na economia local, que afecta a liquidez das pequenas e médias empresas do concelho, asfixiando-as. Por um lado afirma-se bem alto o apoio às empresas do concelho e, na prática asfixiam-se com os atrasos nos pagamentos. Basta ver a lista de empresas. Em 2007 eram 235 empresas, em 2008 193 empresas e em 2009 eram 439 empresas a quem a Câmara se encontrava a dever dinheiro. (pág. 65). Com valores de dívida inferiores a 5.000 euros eram 321 empresas. De 5000 euros a 50.000 euros eram 81 entidades. De 50.000 a 500.000 euros eram 31 empresas e 6 com mais de 500.000 euros. De acordo com o Relatório de Gestão 2009 (pág. 70 e seg.), o limite legal de endividamento líquido da Câmara Municipal de Cantanhede é de 16.694.444,61 €. Em 31 de Dezembro de 2009 o endividamento líquido era de 17.273.280,57 Euros (retiradas es excepções previstas na lei), ou seja 103,46% do limite. Por sua vez o endividamento líquido da INOVA-EEM era de 5.024.395,92 €, ou seja 30,10%. A totalidade do endividamento

Líquido do município (apenas médio e longo prazo) era de 22.297.676,49 €, ou seja, 133,56% do limite legal. Ainda há 4 meses se afirmava que Cantanhede era um exemplo na gestão autárquica, depois propuseram um Empréstimo de 16 milhões de euros para o Saneamento Financeira da Autarquia. Encargos com a Dívida Municipal. Aquilo que constata pela análise da pág. 66, é que os encargos desta câmara com a dívida de médio – longo prazo (juros e amortizações) têm vindo a crescer e são na ordem de 1.641.000€ (320.000 contos/ano). Poupança (pág. 54). Existe um aumento da Poupança de 400.000€, relativamente a 2008. No entanto este valor é mais baixo que em 2007; Prazo médio de Pagamentos (pág. 71). Em 28 de Maio de 2009 numa entrevista no Jornal da Bairrada: este executivo referia passo a citar: “54 dias de prazo médio de pagamento registados em 2008 são um bom indicador do rigor que pauta o controlo de gestão do Município de Cantanhede”... Faltou referir que tal se deveu a um empréstimo ao abrigo do Programa pagar a tempo e horas. Segundo este documento o prazo médio de pagamento em 2009 passou para 105 dias, quase o dobro do tempo. A dívida de curto prazo (empreiteiros, factoring, fornecedores, etc.) foi em 2007 de cerca de 5 milhões, em 2008 de 11,5 milhões e em 31/12/2009 é de 21,5 milhões de Euros, isto é, o dobro da dívida a 31/12/2008. Rácios Financeiros (pág. 103). Diminuição de todos os rácios de liquidez, já de si baixos, para valores muito próximos de zero. O Rácio do endividamento aumentou 20%, desde 2008. Esta câmara não tem dinheiro disponível, basta ver o rácio de liquidez imediata, quase zero. Em Suma, no ano de 2009 o executivo apresenta um resultado líquido de exercício não consolidado negativo de 2.359.020,58 Euros. Este Relatório de Contas apresentado constitui um quadro negro para as gerações futuras. Esperamos que o Plano de Saneamento Financeiro aprovado e a aguardar o visto do Tribunal de Contas permita inverter esta

situação desastrosa e dar alguma esperança a Cantanhede. Por tudo isto o nosso voto irá no sentido da Abstenção, na votação do relatório de gestão de 2009. -----

----- Tomou a palavra a Sra. Vice – Presidente, comunicando que o Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Cantanhede, era o que esmiuçava mais os resultados, apresentando quadros e gráficos com todas as explicações. Quanto à análise das despesas de pessoal, numa perspectiva de custos, a alteração deveu-se ao facto do pessoal que estava avençado ter passado para contratos a termo resolutivo. Quanto ao Plano de Saneamento Financeiro, informou que todas as explicações foram dadas, que o mesmo já foi aprovado pelo Tribunal de Contas, foi comunicado ao Banco e que o processo estava a decorrer. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Manuel Augusto dos Santos, referindo que houve uma ascensão política absoluta de transparência e de verdade, pois podíamos analisá-lo em tudo o que quiséssemos. Quanto ao endividamento em 2009, referiu que, se a Câmara tivesse optado pela não subida, então também não teria havido obras e também não haveria candidaturas ao QREN, como seja a emblemática obra do BIOCANT, e se o endividamento subiu em 2009 cerca de 9 milhões de euros, também o activo subiu 14 milhões, estando neste momento em mais de 130 milhões, continuando por apresentar outros valores e percentagens como termos de comparação e análise. -----

----- Pediu para intervir o Sr. Eng. Pedro Carrana, dizendo que a apresentação do Relatório de Gestão neste formato, com mapas, gráficos e mais informações é um requisito do princípio de Contabilidade comum a todas as Câmaras Municipais, e quanto à afirmação do Sr. Manuel Augusto de que a Câmara não perdeu o equilíbrio financeiro não era verdade, pois se a Câmara não estivesse asfixiada em termos de tesouraria, não teria recorrido ao plano de salvação do Saneamento Financeiro.

Sobre o activo bruto de 130 milhões tínhamos de analisar também a actualização do imobilizado como o Edifício dos Paços do Concelho, o Biocant e o Museu da Pedra e que não passaria pela ideia do Sr. Manuel Augusto, pagar a dívida com a venda desses edifícios. -----

----- Pediu a palavra a Sra. Vice – Presidente e começou por referir, para quantificar o valor do activo, que dos 14,5 milhões do ano de 2009, somente 1 milhão de euros foi recuperação, todo o resto era novo, e quando falava na não realização dos valores previstos em orçamento, foi porque a Câmara, por decisão política, não quis alienar património, à qual o Eng. Pedro Carrana retorquiu que ainda há bem pouco tempo haviam vendido património na Praia da Tocha. -----

----- Tomando a palavra, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal quis deixar bem claro uma questão que se prendia com a distinção entre domínio público e privado da Autarquia, ou seja o património do domínio público era inalienável, como seja o edifício dos Paços do Concelho, a Biblioteca, as estradas, enquanto os Lotes de Terreno eram bens do domínio privado, inventariáveis e que se poderão alienar. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Dr. Carlos Ordens, tendo referido que apreciou com interesse e muita atenção os esclarecimentos que a Sra. Dra. Helena Teodósio tinha dado relativamente ao controlo da capacidade de endividamento, mas que havia uma questão que não poderia deixar de falar e que era o projecto da Quinta de São Mateus, pois pensava que era um mau projecto e que poderia ter sido feito a quase custo zero, pelos serviços camarários, e que também não gostava do que lá estava feito. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Manuel Augusto Santos, continuando afirmar que a Câmara não perdeu equilíbrio financeiro, o que havia sido feito, foi o que fazem muitas famílias, ou seja transformar a dívida de curto em médio prazo. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Eng. Pedro Carrana, para referir que as famílias fazem isso quando não têm dinheiro e estão na falência, só que no caso das Câmaras foi criado um enquadramento legal para que os Municípios pudessem recorrer à banca, e assim fazer face às suas dívidas e aos seus encargos. -----

----- Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, referiu que gostaria somente de fazer um comentário ao que o deputado Sr. Dr. Carlos Ordens tinha dito acerca da Quinta de São Mateus, recordando que o projecto era do conceituado Arquitecto Paisagista Prof. Caldeira Cabral, ainda do tempo do Sr. Dr. Albano Pais de Sousa, mas que conforme informações da Sra. Directora do Departamento de Obras Municipais, aquela obra não poderia ter sido realizada pela Câmara Municipal, pois havia pormenores técnicos de última geração, como seja o sistema sofisticado e computadorizado de água e de rega, que permitia avaliar a necessidade das plantas, bem como a humidade e pluviosidade descarregada na rega. Lembra ainda que já anteriormente havia dito ao Sr. Dr. Carlos Ordens que estava muito bonito, com as suas mais de 500 espécies de árvores. Sobre a perspectiva do endividamento, refere ainda que se o investimento privado está em recessão, então tem de haver um forte investimento público para se manter o emprego e a economia, e foi essa a política seguida pelo Município de Cantanhede, socorrendo-se de um instrumento financeiro permitido por Lei, que foi o plano de saneamento financeiro, e que foi proposto para investimentos estruturantes, no âmbito do Plano Económico para o concelho, como são as escolas, os parques escolares, as requalificações urbanas nas freguesias, o Parque de São Mateus, etc. etc. e deixando uma palavra de optimismo e de esperança, que não abandonariam o barco e levariam o Município na senda do desenvolvimento e do progresso. -----

----- Declaração de Voto do PSD -----

A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Cantanhede começa por sublinhar o rigor e a transparência do Relatório de Gestão de 2009, enaltecendo a evidente preocupação de quem o elaborou em apresentar com toda a clareza e realismo o que de mais significativo há a registar da actividade na autarquia em termos económico-financeiros e a correspondente demonstração de resultados. A oposição, como seria de esperar, demonstra mais uma vez a sua apetência para desvirtuar e condicionar a leitura de determinados elementos, isolando-os do contexto em que são apresentados, procurando traçar um quadro negativo da gestão camarária no último exercício que manifestamente não corresponde à realidade. A análise rigorosa que se exige não pode ignorar as circunstâncias particularmente difíceis que se viveram em 2009 e não pode tentar iludir os indicadores positivos que, não obstante essas circunstâncias, constam do Relatório de Gestão. Para começar, transparece claramente do documento o significativo esforço financeiro da autarquia para ultrapassar os grandes constrangimentos da conjuntura e realizar investimentos que os responsáveis do próprio Partido Socialista têm reconhecido como verdadeiramente estruturantes para o Concelho. Nesse sentido, seria particularmente útil para este debate que a bancada socialista apontasse quais desses investimentos não deveriam ter sido concretizados e se consideram efectivamente que o Município deveria prescindir da última oportunidade que dispõe para tirar partido dos fundos comunitários do QREN. Podemos até dar uma ajuda citando alguns desses investimentos: a conclusão da rede de saneamento, a valorização da rede viária, a requalificação urbana em todo o Concelho, a aquisição de património, a reabilitação do edifício dos paços do Concelho, o Parque Urbano de S. Mateus, a expansão do Biocant Park, a construção de equipamentos colectivos nas áreas da educação, da cultura e do

desporto, entre outras. Estamos certos de que a bancada do Partido Socialista também concorda que a Câmara Municipal fez bem em, no escrupuloso cumprimento da lei, recorrer a todos os recursos ao seu alcance para assegurar a quota-parte que é da sua responsabilidade no financiamento desses e de outros investimentos estruturantes, tanto mais que, sem isso, estaria impedido de tirar partido do último quadro comunitário de apoio previsto para Portugal, ou seja da última oportunidade antes referida. Que não haja ilusões: sem meios financeiros próprios não seria possível candidatar obras aos apoios disponíveis no QREN, o que significaria o adiamento por tempo indeterminado do processo de desenvolvimento do Concelho de Cantanhede e não é isso, parece-nos, que o Partido Socialista deseja. Na sua declaração de voto sobre o Relatório de Gestão de 2009, o executivo camarário refere que não houve quaisquer transferências de capital da parte da Administração Central para execução de infra-estruturas, pelo que a Câmara Municipal decidiu avançar com esses e outros investimentos, os quais em despesas e transferências de capital para esse efeito ascenderam ao montante de 20.281.571,50 euros, com destaque para os cerca de 7 milhões na rede viária e os mais de 4 milhões na educação, na expectativa de vir a receber participações apreciáveis do Quadro de Referência Estratégica Nacional. E já que vem a propósito, faz sentido dizer aqui que fica mal ao Partido Socialista de Cantanhede publicar no seu blog e enviar para os jornais notícias a dizer que o Governo de José Sócrates financia os centros educativos de Cantanhede, Ançã e Cadima quando as participações atribuídas às candidaturas já aprovadas foram obtidos exclusivamente no âmbito do QREN, ou seja, não houve um cêntimo da administração central. Voltando ao Relatório de Gestão, sejamos claros: a Câmara Municipal só tinha dois caminhos, ou se limitava a fazer a gestão corrente da

instituição, suspendendo o plano de investimentos, ou ia à procura de recursos financeiros para, dentro dos seus limites de endividamento, dispor de margem de manobra para vir a beneficiar das comparticipações dos fundos comunitários do QREN. A autarquia optou por recorrer ao endividamento municipal, através de uma operação de reprogramação da dívida efectuada recentemente, com perfeito enquadramento na legislação em vigor e devidamente autorizada pelo Tribunal de Contas, entidade absolutamente insuspeita no que diz respeito à viabilidade deste tipo de operações. Fez bem o executivo camarário em optar por este caminho, como aliás tivemos ocasião de afirmar aquando da aprovação da operação de reprogramação da dívida. E fez bem porque de outro modo não haveria condições para avançar com inúmeras obras que foram objecto de candidatura aos fundos do QREN. E fez bem porque não havia outra alternativa para fazer face a uma conjuntura marcada pela diminuição geral das receitas municipais por efeito da contracção da economia, bem como às dificuldades criadas pelos encargos decorrentes do aumento de competências que, de modo crescente, a Administração Central tem vindo a transferir para as autarquias. Por outro lado, aprez-nos registar que o Relatório de Gestão de 2009 evidencia um aumento considerável do activo quer através dos grandes investimentos em infra-estruturas e equipamentos colectivos quer pela via da aquisição de património, uma vertente em que realmente se tem assistido a uma grande valorização do activo. Outro indicador do documento que merece ser evidenciado é sem dúvida o da "Poupança", na medida em que traduz uma diferença positiva entre as receitas e as despesas correntes num montante que é canalizado para despesas de capital. Tal como refere o documento, este dado é tanto mais relevante quanto sabemos que os 36,44% registados na

poupança do Município correspondem a uma inversão da tendência de descida que se vinha a verificar desde 2006, com diminuições médias de cerca de 27% ao ano.

Um “Superávit Corrente” de 36,44% não pode ser ignorado ou minimizado pois reflecte a diminuição de despesa corrente num montante que por sua vez é canalizado para investimentos em infra-estruturas, na qualificação dos serviços públicos autárquicos e criar condições para promover mais bem-estar social. Finalmente, resta dizer que, como seria de esperar, o documento que está em análise cumpre com todas as exigências e preceitos legais e, na verdade, é de inteira justiça deixarmos aqui bem vincada uma apreciação muito favorável ao modo como o executivo camarário se dignou explicar e contextualizar todos as variáveis necessárias para dar conta da situação económica e financeira da autarquia à data de 31 de Dezembro de 2009. -----

----- Após apreciação, discussão e votação da proposta do Relatório de Gestão e Documentos da Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2009, foi o mesmo aprovado por maioria com 28 votos a favor e 6 abstenções. -----

----- Por fim, por parte da bancada do Partido Social Democrata foi apresentada uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Finalmente, sendo 18 horas e 55 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a presente sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente acta para constar, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

----- A Primeira Secretária:

----- A Segunda Secretária: